
*De Pé Sobre
a Terra.
Estudos Sobre
a Indústria,
o Trabalho e
o Movimento
Operário em
Portugal.*

Os Meios de Difusão do Anarquismo em Portugal no Princípio do Século XX¹

No Encontro regional de Lisboa, procurei sistematizar as fases do desenvolvimento do movimento anarquista em Portugal, no princípio do século XX. Neste texto vou centrar-me sobre os meios de difusão utilizados pelos militantes que lograram esse resultado.

Serão dez, os tópicos em que podemos organizar tal matéria.

1. A imprensa jornalística

Existiu um número importante de jornais explicitamente anarquistas. Mas, dentro desses, alguns tiveram uma muito maior predominância, tornando-se jornais de referência nacional para todo o movimento libertário. Foi o caso da sequência de jornais portugueses *A Voz do Tanoeiro* (1901–02), *O Despertar* (1902–05), *A Vida* (1905–07 e 1909–10), *A Aurora* (1910–20) e *A Comuna* (1920–27); de *Terra Livre* (Lisboa, 1913) e *O Anarquista* (da UAP, Lisboa, 1923–26); e de *Terra e Liberdade* (Barreiro, 1930–31). Com igual ou maior importância, existiram os jornais sindicalistas (revolucionários) *O Sindicalista*

¹ Texto da comunicação apresentada oralmente no Encontro 'Norte Industrial' realizado no Porto em Novembro de 2011

(Lisboa, 1910–1916), *Voz Sindical* (Setúbal, 1923–26) ou *Vanguarda Operária* (Porto, 1929–30). Naturalmente, foram largas dezenas os jornais corporativos, de tal ou tal sindicato, federação ou grupo profissional, alguns deles muito prezados no seu meio social específico. E houve alguns jornais próximos de ideias do libertarismo, por vezes apenas por um aspecto particular, mas sem nunca se envolverem muito com o movimento: casos de *A Humanidade* (Lisboa, 1911–16); ou *A Ideia* (Montijo, 1931–34); mais tarde os culturais anti-fascistas *O Sol* e *O Diabo*.

A maior parte destes jornais tiveram (ou ambicionaram ter) uma periodicidade semanal, o que lhes garantia um acompanhamento da actualidade (social, política, internacional). Mas há imensos que apenas lograram publicar três ou quatro números, dando mostras do falhanço do seu projecto editorial. Há também folhas de publicação irregular, ou que saíam apenas para comemorar o aniversário da fundação da associação. E ainda os “números únicos”. Obviamente, os diários foram a excepção e o grande projecto de vida de alguns militantes que, por várias vezes e modos, se dedicaram empenhadamente a essa tarefa. Falharam tal desiderato *A Greve* (com Alexandre Vieira e muitos outros) e *A Boa Nova* (de Campos Lima, sozinho), em 1907; e o *Combate* (dirigido por Carlos José de Sousa), de 1919. E apenas *A Batalha* pôde enraizar-se no espaço mediático da época como grande jornal matutino, entre 1919 e 1927 (Baptista, 1977).

Porém, falando do espaço da opinião pública nacional no primeiro terço do século XX, havia Lisboa, brilhava o Porto, sendo que o resto do país era apenas um modesto consumidor do que se imprimia naquelas duas grandes cidades, com as excepções de diversos

pequenos núcleos editoriais locais, sem real implantação nem capacidade de alastramento. A iliteracia tinha, de facto, um peso esmagador sobre as classes populares e os territórios das províncias.

Quem faz estes jornais militantes são, naturalmente, militantes, em grande parte autodidatas e muitos deles de profissão chegada às artes gráficas, ao livro ou à imprensa. Quem recebe e lê estes produtos impressos em letra de forma são, ainda, militantes, também os simpatizantes (às vezes escutando a leitura em voz alta, pelos primeiros) e os adversários das ideias e posições ali estampadas – às quais lhes responderiam na primeira oportunidade. Um lugar importante cabia, pois, às polémicas, orais e escritas. E outra função relevante era a dos correspondentes locais desses jornais: cito, entre tantos outros, Elias Matias, em Évora, ou Clemente Vieira dos Santos, no Porto.

2. A propaganda presencial

Se a leitura de jornais era a fonte de informação das pessoas comuns considerada mais fidedigna, a força argumentativa principal para convencer terceiros da bondade de uma determinada ideia era a da oratória, seja na versão mais erudita dos conferencistas, seja na versão mais igualitária e popular da discussão em grupo. Os militantes encareciam e procuravam melhorar as suas qualidades comunicativas para as “tomadas de palavra”, fosse na via pública, nos locais de trabalho, nas associações (sindicais e recreativas), ou ainda no exercício de ir contraditar conferências de opositores. De certa maneira, o bom militante era aquele que sabia bem falar em público.

Referindo-me aqui unicamente à cidade do Porto e seus arredores, deixaram marca e memória militantes anarquistas e

anarco-sindicalistas como Gonçalves Viana (depois, católico), Serafim Cardoso Lucena, Manuel Joaquim de Sousa, António Alves Pereira, Júlio Gonçalves Pereira, Joaquim Moreira da Silva, Manuel Fiúza Júnior, Manuel Pedro, Guilherme Moreira Alves, Adelino Torres de Pinho, José Alves, Tibério Teixeira, António Teixeira de Araújo, Clemente Vieira dos Santos, José Rodrigues Reboredo, Francisco Bento da Cruz, João Vieira Alves, José Augusto de Campos, Mário Ferreira, Aníbal Dantas, Fernando Barros, Rodrigo Ferreira, António Inácio Martins, Luís Laranjeira, José Augusto de Castro, Abílio Faria e outros.

Um meio de intervenção militante de grande importância foram, além das sedes dos sindicatos ou associações de classe, os Centros de bairro (centros e bibliotecas de estudos sociais, semelhantes aos Centros Republicanos, salvo que sem qualquer patrono), onde tinham regularmente lugar as conferências (por militantes ou personalidades simpatizantes) e as ‘veladas sociais’, constantes de teatro (ver Figueiredo, 2011), recitação de poesia ou mesmo música. Houve uns 40 destes centros, sendo talvez os mais importantes os seguintes: a Sociedade de Instrução e Beneficência ‘Germinal’, de Setúbal; o Centro e Biblioteca de Estudos Sociais, das Antas-Porto; o Centro Comunista Libertário, do Porto; o Centro e Biblioteca de Estudos Sociais ‘Filhos de Visco’, de Gaia; o Centro de Estudos Sociais ‘Regeneração Humana’, de Alcântara-Lisboa; o Grupo Dramático de Belém-Lisboa; o Centro de Recreio e Propaganda Livre, de Setúbal; o Ateneu Popular, de Lisboa; e o Ateneu de Educação Popular de S. Paio de Gouveia.

Outro espaço de debate e difusão de ideias mais elementar mas muito prezado eram as tertúlias regularizadas: em cafés (vários), em barbearias (como a do José Artur Quaresma, em

Setúbal), oficinas de sapateiro (por exemplo, no Porto, a do Manuel Ferreira Torres, o “Torres das tombas”, glosando a Torre do Tombo) e as livrarias (entre as quais a Renascença, de Joaquim Cardoso, ao Poço dos Negros, em Lisboa).

Obviamente, o panfleto, impresso e distribuído de mão em mão era uma meio de propaganda acessível, porém não muito empregue na época pelos militantes, dada a iliteracia reinante nos meios populares. Mas os anarquistas nunca terão feito uso das “brigadas de agit-prop” que, mais tarde, os comunistas tentaram empregar.

O convívio era também muito apreciado e praticado, sobretudo mediante a organização de excursões e pic-nics, permitindo estender às famílias (mulheres, crianças, colaterais) a “boa semente” da palavra e da convivência. A praia da Caparica também servia os adeptos do nudismo solar e os pinhais vizinhos davam bom abrigo aos campistas. Já o desporto era controverso: a ginástica era bem-vista, mas o futebol pouco (excepto o grupo de “Os Batalhudos”, cujos jogos eram anunciados no diário operário).

As escolas “modernas” (criadas por vezes em parceria com republicanos), bem como as universidades livres e populares, foram das mais significativas criações deste movimento. Além de se eximirem ao controlo cultural da religião católica, propuseram muitas vezes modalidades pedagógicas inovadoras que só décadas mais tarde vieram a ter aceitação generalizada, como foi o caso da educação mista, para rapazes e raparigas, ou a aprendizagem memorizada e lógica associada aos trabalhos manuais (Candeias, 1994).

Finalmente, referimos de passagem quatro formas de propaganda presencial também usadas pelos militantes, embora só de forma

esporádica: as “cègadas” carnavalescas (em Campo de Ourique-Lisboa, ou em Setúbal); o fado social (embora as tabernas fossem muito criticadas); o cinema militante (com o pioneiro Fernando Barros, do Porto); e os meios passivos que constituíam os cartazes e inscrições murais.

3. A “propaganda pelo facto”

Uma parte minoritária do militantismo anarquista envolveu-se no ilegalismo de “acção directa”: praticaram atentados individuais (a polícias, juízes, alguns industriais); bombismo; “atracos” (para sacar dinheiro para a militância); sabotagens; fogo-posto. Mas nunca terão sido tentados pela fabricação de moeda-falsa. Estas “tácticas” suscitaram sempre grande discussão interna, sobretudo porque de imediato desencadeavam maior repressão governamental sobre o movimento, e também porque, segundo alguns, contraditavam os seus objectivos emancipadores e de felicidade humana. Porém, num meio que respeitava a liberdade acima de tudo, aquela minoria beneficiou geralmente da aquiescência dos restantes e mesmo da sua solidariedade (financeira) quando se encontravam sob pressão das autoridades.

As preparações insurreccionais são outra coisa. Aí, a grande maioria dos militantes e simpatizantes do movimento concordaria em que era necessária a “revolução” para mudar efectivamente o regime social e político em vigor. A greve geral era um instrumento decisivo, mas só a insurreição armada poderia deitar abaixo o capitalismo e o Estado. Não é assim de estranhar que, por exemplo, no Porto em 1919 haja 17 grupos anarquistas armados com 200 a 300 homens prontos a colaborar com as tropas republicanas vindas do Sul para derrubar os “couceiristas” (Lima, 1920) – como antes já acontecera no 31 de

Janeiro de 1891, e viria de novo a suceder no 3 de Fevereiro de 1927 e no 18 de Janeiro de 1934.

4. A actividade editorial

A leitura reflexiva ou emocional (doutrina, crítica, ensaio, criação literária) era a actividade cultural mais enfatizada pelos anarquistas, até pelo que depois proporcionava para o enriquecimento da discussão em grupo.

Vários núcleos editores de livros se evidenciaram, no primeiro terço do século XX: a Biblioteca de Estudos Sociais, de António Ernesto Dias da Silva; a Colecção Sociológica, da Guimarães Editores; a Biblioteca do Movimento Social, da Bertrand; a Livraria Central de Gomes de Carvalho; a Biblioteca de Educação Nacional, dirigida por Agostinho Fortes; a Biblioteca de Educação Moderna, dirigida por Ribeiro de Carvalho, da Livraria Internacional; a secção editorial d'A *Batalha*; as edições Spartacus, de Campos Lima; etc. Já a edição de pequenas brochuras, de 16 ou 32 páginas, muitas vezes aproveitando os “chumbos” de uma sua primeira impressão em jornal, como folhetim, estavam ao alcance de certos grupos de afinidades anarquistas e foram por eles largamente utilizados.

Quanto às revistas, já em outra oportunidade recente tive o ensejo de chamar a atenção para a florescência cultural do anarquismo nos alvares do século XX português. Afirmando agora que, à medida que crescia o impacto social do sindicalismo libertário, também foi esmorecendo a regredindo essa criatividade e diversidade cultural, em parte pela quebra de laços com o sector político republicano, em parte também pelo maior fechamento ideológico dos anarquistas

e em parte ainda pela atractividade do bolchevismo. Tal pode ser medido pelo número e qualidade das revistas culturais e literárias editadas por anarquistas, sozinhos ou em colaboração com outras personalidades (geralmente republicanos ou independentes). Mesmo assim, na década de 20 ainda podemos encontrar os magazines ilustrados *Renovação* (editado por *A Batalha*, 1925–26) e *Cultura* (de Campos Lima, 1929–31), a revista doutrinária *Aurora* (Porto, 1929–30) ou o jornal cultural *O Globo* (de Jaime Brasil, 1930).

Por outro lado, ao gosto da época, também os anarquistas editaram, de longe em longe, almanaques. Foram: o *Almanaque Cosmopolita* (1900); o *Almanaque d'A Aurora* (1913); e o *Almanques d'A Batalha* (1926).

5. Sexualidade, procriação, emancipação da mulher, naturismo, comunidades

Agrupamos neste ponto uma série de temas que muito mobilizaram também o militantismo libertário. Em especial evidência, colocamos a doutrina neo-malthusiana de auto-controlo dos nascimentos, com a sua base teórica de económica política (de Malthus), que na época suscitava vivas discussões e oposições, inclusive entre muitos libertários e sindicalistas, mais optimistas e próximos de Marx quando se tratava de confiar nas potencialidades das “forças produtivas”. Entre nós, o primeiro sinal é dado pela tese académica do dr. Ângelo Vaz, no Porto, em 1902, a que se segue a fase propriamente militantes desta frente de luta social, em favor de uma procriação desejada, consciente e controlada, a que não faltava a distribuição ou venda de produtos e dispositivos anti-concepcionais. Em 1906 um

punhado de militantes, incluindo vários farmacêuticos e outros profissionais ligados à saúde, avança para o terreno da propaganda com a edição de textos e outros modos de ação, bem como com o estabelecimento de uma ligação orgânica à Federação Internacional da Regeneração Humana, que liderava internacionalmente o movimento. Amadeu Cardoso da Silva, Teixeira Júnior (autor de *Mulheres, Não Procreéis!*), Silva Júnior, Nobre Cid ou Martins do Rego são talvez os nomes mais em destaque neste campo, que vem a suscitar uma tardia mas dura reacção por parte da Igreja, do Congresso Nacional de Farmácia de 1927 e acabando tais práticas por serem criminalizadas no Código Penal em 1929 por “anti-natalistas”.

Esta questão do controlo dos nascimentos (que só toma o nome de *birth control* numa segunda vaga do movimento internacional, que ocorre já nos anos 30, centrada agora nos Estados Unidos e que entre nós é correspondida pelo grupo de educação sexual ‘Despertar’ em 1940—41, com o apoio de Jaime Brasil) liga-se directa e estreitamente à sexualidade e à questão feminista, por um lado, e à questão da educação, por outro. O Congresso Feminista e da Educação, promovido por Eduardo Brasão e outra gente nos anos 20, é talvez um ponto culminante desta consciência social, mas o sufrágismo das feministas portuguesas da época era um obstáculo a maiores aproximações entre ambos os movimentos. Do lado anarquista, se a esmagadora maioria dos militantes eram homens, ainda assim existiram uma União das Mulheres Anarquistas (com Júlia Cruz, Margarida Paulo e outras) e o Grupo Luisa Michel, do Porto nos anos 20, com Margarida Barros, Virgínia Dantas, etc. Quanto à questão da liberdade sexual, o tema será sobretudo abordada já nos anos 30, por Jaime Brasil, José

Soares Lopes e outros militantes individualmente sensíveis ao entendimento do anarquista individualista francês E. Armand expresso nas páginas do seu jornal *L'En Dehors* onde, entre outras causas, se defendia o conceito da “*camaraderie amoureuse*”.

O combate anti-alcoolismo e anti-tabagismo, a alimentação vegetariana ou frugívora, o “naturismo” (com recurso às medicinas naturais, ao termalismo, aos banhos de sol e a uma actividade física adequada) encontraram numa minoria de anarquistas entre os seus mais estrépitos apóstolos, como foi o caso do portuense Ângelo Jorge que introduziu entre nós o anarquismo anti-científico de Henri Zisly e fez a ponte à Associação Vegetariana Portugal através do dr. Amílcar de Sousa. E por esta via se teceram igualmente relações e colaborações com o dr. Almerindo Leça e a Liga Portuguesa de Profilaxia Social, e com a Sociedade Protectora dos Animais e a Liga contra as Touradas.

Mas a próxima relação com a natureza e o ensaio de formas de vivência em “comunismo livre” atingiu talvez a sua maior expressão com as “comunas” (em Vidago, Odemira ou Albarraque), comunidades de vida e de trabalho nas quais se empenharam militantes como Carlos Nobre, Jorge Campelo, Gonçalves Correia ou ainda Manuel Rodrigues (o “Globetroter”) mas que, porém, nunca conseguiram vingar, face ao meio social envolvente, adverso ou desconfiado, e também minadas pelas desinteligências internas.

6. Anti-militarismo, pacifismo, mundialismo

Todo o anarquismo é, doutrinariamente, pacifista e anti-militarista, e essa orientação também foi adoptada em Portugal embora talvez não num primeiro plano de prioridades. Mas, para além das

iniciativas dispersas de certos grupos de afinidade ou da acção de conjunto do movimento sindical contra a guerra que grassava na Europa em 1914–18, vale pena referir a existência de uma Liga Anti-Militarista, antes de 1910, e os contactos tidos com a Associação Internacional Antimilitarista sediada na Holanda e onde pontificavam Nieuwenhuis e De Jong, antes e depois desse marco.

Especialmente sensíveis a esta posição eram os jovens. As organizações das Juventudes (Sindicalistas, depois Libertárias, já nos anos 30) é uma das genuinidades do nosso movimento que se antecipou a muitos outros países na missão de mobilizar e organizar os jovens (rapazes e raparigas) com uma referência ideológica mas sobretudo com reivindicações e objectivos específicos de acção: contra o militarismo e a guerra; pela convivência inter-sexual; pela defesa dos direitos dos aprendizes e dos jovens trabalhadores; etc. (Freitas, 2007).

Mas a mais notória iniciativa em que muitos militantes anarquistas se empenharam, com vista a uma futura paz, concórdia e comunicação universal, foi decerto a do ensino do Esperanto, a língua-veículo há poucos anos antes criada pelo dr. Zamenof. Veja-se, por exemplo, o jornal anarquista português escrito neste idioma *La Vero* (Lisboa, 1922–23).

7. Anti-clericalismo

Já fizemos recentemente estas referências, mas vale a pena realçar aqui a base de comum entendimento que existiu durante bastante tempo entre anarquistas e republicanos quanto ao combate a dar à influência religiosa da Igreja Católica em Portugal, considerada culpada de estar intimamente associada ao poder político da Monarquia,

de ter um passado marcado pelas perseguições da Inquisição e de contribuir poderosamente para a manutenção do povo rural num lamentável estado de atraso cultural.

Além de toda a comum utilização dos textos relevantes para este efeito (de Sébastien Faure, de Heliodoro Salgado, etc.), esta proximidade levou a que alguns anarquistas, geralmente intelectuais, participassem em várias associações e campanhas criadas e dominadas por republicanos, como foi o caso da Associação do Registo Civil e do Livre Pensamento, da criação de escolas seguindo uma pedagogia “racional” importada do pedagogo libertário e *maçon* catalão Francisco Ferrer (em Lisboa, a Escola-Oficina nº1, a “Promotora” e outras), da Liga dos Direitos do Homem ou da própria maçonaria e da Carbonária Portuguesa.

8. O fortalecimento da coesão militante e as fissuras internas

A importância do texto e da leitura já foi aqui referida, devendo ser contudo enfatizadas as discussões a que os mesmos davam muitas vezes lugar. Isto ocorria, tanto em reunião de pequeno número de pessoas, como nas páginas dos jornais ou mesmo em conferências-debate. Em alguns casos (vide o Grupo de Educação Sexual ‘Despertar’, em 1940—41), estas discussões eram rigorosamente organizadas num quadro próprio de formação interna ao grupo e aberta a alguns simpatizantes, com cadernos pessoais manuscritos com perguntas (pelo “animador”), respostas e reflexões escritas, e sua discussão ao longo de diversas sessões. Nos núcleos da Juventudes Sindicalistas ou no Centro Comunista Libertário do Porto faziam-se procedimentos

de aprendizagem e discussão de ideias semelhantes. Isto permitia dar aos agrupamentos uma certa coesão ideológica, mantando cada qual a mais ampla liberdade de pensamento individual.

Algo de semelhante mas ainda mais intenso – o que é lógico, dada a situação de inactividade forçada em que se encontravam os militantes – acontecia nas prisões, onde foram produzidos muito escritos de auto-didactas, se analisaram as razões do insucesso de muitas revoluções e se fizeram planos para as próximas, e para a organização da “sociedade futura”.

Em contrapartida, os “trânsfugas”, os “infiltrados” e os “rachados” foram sempre uma dificuldade insuperável para as organizações montadas pelos anarquistas e que se caracterizavam por uma grande liberdade de entrada e de saída – pois já então, e sempre, era “proibido proibir”.

Igualmente inerente ao espírito libertário destes meios sociais mas com efeitos frequentemente nocivos para a eficácia da acção organizada era o irremediável individualismo de alguns anarquistas. Houve individualistas “comportamentais”, outros meramente “anti-organizadores” e, enfim, os filosóficos (seguidores de Stirner ou de Ryner); houve os construtivistas (à maneira de Armand), como o algarvio e ex-marinheiro José Franco e a sua folha *A Ideia*; mas houve também Juliano José Ribeiro e o jornal *Refratários*, que provocaram grossas dissensões no meio do operariado anarquista portuense.

9. As celebrações rituais

Embora exteriormente iconoclastas, os anarquistas entregavam-se também a celebrações rituais. Por exemplo, em relação a

datas, eram anualmente celebradas as seguintes, lembrando momentos de luto ou de revolta: o 18 de Janeiro (data da tentativa de greve geral insurrecional em 1934 para derrotar o Estado ditatorial corporativo que Salazar queria implantar); o 31 de Janeiro (data do levantamento republicano do Porto em 1891); o 13 de Fevereiro (data da lei de Hintze e João Franco de 1896 que criminalizou a simples propaganda anarquista, permitindo a deportação para Timor dos seus prosélitos); o 18 Março (proclamação da Comuna de Paris, em 1871); o 1º de Maio (lembrando a luta dos operários de Chicago pelas 8 horas de trabalho, em 1886); o 4 de Julho de 1937 (em que Emídio Santana falhou o tiranicídio contra Salazar); o 14 de Julho (marco inicial da Revolução Francesa, em 1789); o 19 de Julho (de 1936, em que o proletariado organizado de Espanha travou o golpe militar de Franco, iniciando-se a guerra civil); 3 de Agosto (data do início do terrível morticínio da Grande Guerra, em 1914); o 13 de Outubro (data em que foi fuzilado em Barcelona, em 1909, o pedagogo Francisco Ferrer); o 11 de Novembro (de 1887, dia em que foram executados cinco anarquistas em Chicago, acusados do lançamento de uma bomba no ano anterior, nas manifestações pelas 8 horas de trabalho). A data do aniversário da fundação da associação de classe ou sindicato era também sempre festivamente assinalada.

Os congressos ou conferências organizativas do movimento sindical ou dos grupos anarquistas constituíam também oportunidade de manifestação de gestos rituais muito tipificados: a verificação dos mandatos dos delegados; a constituição de uma comissão revisora de contas (dos gerentes de saída); a designação das mesas para coordenar os trabalhos; as saudações “ao povo trabalhador e a todos aqueles

que sofrem as perseguições dos poderosos”; o modo de discussão das “teses” e moções; e os “vivas” finais, com a entoação dos (poucos) cânticos que os militantes sabiam cantar.

Mas havia também as contra-celebrações, isto é, aquelas datas e épocas do calendário celebradas tradicionalmente em sociedade e a que os anarquistas procuravam dar um outro sentido, ou desmontar as suas falsidades: era o caso do Natal (substituído pelo Solstício de Inverno), do Carnaval (época do fingimento, ou de aproveitamento pelas “cêgadas”) ou da Páscoa (em que se criticava a opulência da Igreja, em contraste com o despojamento do Cristo).

10. A solidariedade (defender os lutadores, alargar os apoios)

A ideia e as práticas tradutoras da solidariedade eram uma constante deste movimento. Tomaram muitas formas, de que citamos alguns exemplos: a greve dos tecelões portuenses de 1903, com as mulheres a fazerem mendicância pela cidade, incomodando as consciências da boa burguesia portuense; as frequentes quêtes (peditórios) nas fábricas, para ajudar operários em greve; as “cozinhas comunistas”, organizadas ao ar livre para sustentar os trabalhadores envolvidos numa greve; a recolha de filhos de grevistas (de S. Pedro da Cova, da Covilhã, etc., copiando o que os IWW haviam iniciado em 1912); as comissões “pró-presos por questões sociais”, que mais tarde se coordenaram numa Federação Portuguesa de Solidariedade (rival do Socorro Vermelho dos comunistas); e, por último, já profissionalizada, a defesa jurídica que a CGT proporcionava aos seus militantes perseguidos, onde trabalharam advogados-militantes ou

simpatizantes como Alexandre Sobral de Campos, João de Campos Lima ou Nóbrega Quintal.

E como sempre sucede nestas ocasiões, a invocação do sacrifício e o pedido de ajuda (financeira, ou outra) a pessoas mais sensíveis ou liberais, ainda que distantes das ideias daqueles lutadores, constituía também um meio para alargar o círculo de influência do restrito mundo militante, inflacionando a sua grandeza aos olhos de muitos.

No plano internacional, a solidariedade manifestava-se sobretudo pela difusão de notícias relativas aos países onde a luta social estava mais avançada – o México, a Rússia, a Espanha, a Itália –, sobre os tiranicidas mártires e os revoltados (os Casério, Angiolillo, Mateo e Morral, a ‘Mano Negra’, etc.) e pela denúncia do colonialismo mais brutal que ocorria em África.

